



JORNAL DO

# Procurador

# 39

Publicação da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo

# APESP

DEZ 2008 / JAN 2009



## Novo Conselho: para construir uma PGE autônoma e forte

### Perfil

Conheça a trajetória dos novos conselheiros

6

### Entrevista

Conselheiros apontam as prioridades para a PGE

6

### Crônicas da PGE

"Sem Perceber".  
por Roberto Corrêa

3

### Confraternização

Festa de final de ano reúne  
Carreira para celebrar os 60 anos  
da Apesp

4

## 2009: aberto para reformas

Ivan de Castro Duarte Martins

O recém-iniciado ano de 2009 destaca-se por prodigalizar grandes e importantes modificações que a todos atingem, a começar pela indigesta e seguramente desnecessária reforma ortográfica que, a pretexto de simplificar a escrita de nosso intrincado idioma e assim facilitar sua penetração em mercados infensos à lusofonia, perde-se de seu principal objetivo, à medida que envereda pela introdução de outras tantas regras de complexidade igual ou até maior das que buscava eliminar! Se o propósito era simplificar, parece que erraram feio, pois o que já não era fácil permanece tão confuso como sempre (o pior é que assim promete continuar). Atônito, o que me vem à lembrança é o dito irônico de Alphonse Karr: “isso quanto mais muda, mais fica a mesma coisa.”

Mas se no campo de ortografia já iniciamos o ano sob a vigência de reforma visivelmente supérflua, tanto que, por ora, anda desacompanhada da imprescindível obrigatoriedade, cuja falta, aliás, permitiu que o governo federal desse o péssimo exemplo de negligenciar a adaptação de seus textos às regras por ele próprio implantadas, ou seja, primeiro edita, depois medita, omissão que bem evidencia a necessidade de realização de um referendo para consultar se à população do país interessa tão complicada quanto, a meu juízo, inoportuna mudança. Pelo menos dentro de nossa Instituição as novidades são inegavelmente boas e vieram, sem dúvida, para aprimorar nossa Carreira.

E, de fato, com a entrada de 2009, muita coisa muda para melhor na Procuradoria Geral do Estado, já que nossa realidade submete-se, a partir de agora, aos ditames da Lei Complementar n. 1.082/2008, aprovada pela Assembléia Legislativa em dezembro passado e sancionada sem vetos pelo governador do Estado, com uma nova área de atuação, edificada sobre o pouco que restou da antiga estrutura da valorosa Procuradoria de Assistência Judiciária; com outra sistemática de promoções, doravante totalmente desvinculada da existência de cargos vagos nos níveis superiores; com o novo Conselho, remodelado para dar espaço a dois novos membros pela Área do Contencioso Tributário-fiscal e renovado pela posse, no último dia 9, dos candidatos eleitos em dezembro, depois de extenuante campanha política que os levou às mais distantes unidades de nossa Instituição.

A criação da Área do Contencioso Tributário-fiscal representa decisivo passo no rumo da especialização das atividades da PGE e, não sem tardança, veio para desafogar o contencioso geral, que já se apresentava subdimensionado para cuidar, a um só tempo, das questões de natureza fiscal, notabilizadas não só por sua grande complexidade como também pela invencível quantidade de demandas, que sempre foram ajuizadas em catadupas, e das demais ações por meio das quais uma sociedade moderna como a nossa busca assegurar a completa satisfação de seus direitos constitucionais, dentre as quais podem ser mencionadas as cada vez mais corriqueiras ações de indenização por danos materiais e/ou morais, bem como aquelas para obrigar o Poder Público a fornecer, a pacientes – ou, às vezes, até mesmo a pseudopacientes, como já se apurou – desfavorecidos

da fortuna, remédios dispendiosos e, em muitos casos, importados.

Graças à radical e profunda alteração operada na sistemática de promoção, estima-se que, em 2009, cerca de 100 procuradores, no mínimo, tenham chances concretas de acesso ao nível imediatamente superior ao que ocupam atualmente. No regime das regras anteriores, esse número não passaria de 3! Demorou, mas ficamos livres desse caminhar próprio dos quelônios. Diante dessa perspectiva promissora, não resisto a, no momento em que escrevo o presente editorial, sem temer o risco de incorrer na correta advertência de Osias Thon, para quem “profetizar o futuro não é difícil, mas é perigoso”, dar como certa e iminente a abertura do concurso de promoção relativo ao ano de 2009, a ser conduzido segundo as novas regras da Lei Complementar n. 1.082/2008, pois não consigo vislumbrar peias que tolham a imediata deflagração desse certame, aguardado por quase a totalidade da Carreira. Portanto, os interessados que mantenham a documentação sempre atualizada e à mão. Mas como atrasos, embora indesejáveis, ocorrem com frequência, visando a mitigar os deletérios problemas decorrentes de possível retardamento do processamento desse concurso, a nova lei complementar foi sábia e fez justiça ao assegurar aos promovidos a retroação dos efeitos da promoção a 1º de janeiro do ano a que se referir o concurso, o que, sem dúvida nenhuma, representa mais do que justo e merecido avanço.

Apreciando todas as reformas que passam a valer agora em 2009, reconheço, com a única exceção do acordo ortográfico, que não foi pouco o quanto se progrediu, razão por que cumprimento efusivamente os responsáveis por torná-las realidade. Todavia, e sem pretender imprimir nota de descontentamento ao final deste texto (que pretendi fosse bem humorado e otimista) nem desmerecer tão relevantes conquistas, o certo é que tanto avanço me faz recordar aquela música da banda Blitz: está tudo muito bom, está tudo muito bem, mas realmente... É que, como poetava Quevedo, “o muito torna-se pouco ao se desejar um pouco mais.” E temos, verdadeiramente, algo mais a desejar, como, apenas a título de exemplificação, a reconquista da paridade remuneratória para todos, independentemente das vantagens pessoais advindas do tempo de serviço, a recomposição do valor de referência dos procuradores, mantido no mesmo patamar desde 1995, a reformulação da Lei Orgânica da PGE. Ou seja, temos ainda muitas etapas a vencer e para isso contamos com o Conselho da PGE, agora com um novo perfil.

A 39ª edição do Jornal do Procurador presta sua homenagem aos novos integrantes do Conselho da PGE, único órgão superior da Instituição a ter seus membros eleitos de forma democrática, ao final de um processo político que propicia amplo debate entre os concorrentes, e para tanto publica o perfil e uma entrevista-relâmpago com os novos conselheiros. Complementando esta primorosa edição, registra a histórica festa de final de ano, com certeza uma das mais emblemáticas já realizadas, quando centenas de procuradores e familiares reuniram-se para celebrar os 60 anos da nossa gloriosa Apesp! Boa leitura e, a todos, Feliz 2009!

# Sem perceber

**S**em perceber, constatamos que estamos vivendo há muitos anos e dezenas de calendários foram arrancados e substituídos. Se lembrarmos da mocidade, que já se encontra há décadas de distância, situamo-nos em trabalhoso campo de atividades na qual, como hoje, a correria era intensa, os afazeres e os compromissos também não permitiam muitas reflexões. O necessário, hoje, como sempre, é viver. Então, vivemos como fomos lançados no mundo. Daí a importância da família. Se tivermos a ventura de ter pai, mãe, irmãos, parentes, todos unidos e bem organizadinhos, num contexto social razoável e dentro do nosso Brasil-cristão, a nossa sobrevivência e convivência poderá ocorrer dentro de normalidade feliz.

O resto ficará a cargo do natural desenvolvimento. E esse desenvolvimento, na agitação cada vez mais efervescente, fará com que a rapidez do tempo, somente muito tarde e sem perceber, nos sinalizará que envelhecemos. A palavra envelhecer, nada agradável, só a longo prazo será incorporada ao nosso vocabulário. Faremos tudo para não escrevê-la e desejamos verbalizá-la o mínimo possível. Notamos que nos distanciamos cada vez mais dos jovens: não entendemos a sua linguagem com facilidade (também a nossa capacidade auditiva e outras mais vão diminuindo). Detestamos as suas manias, reprovamos muitos dos seus hábitos e aí sentimos a mudança dos processos educacionais, a diferença das gerações, costumes, tendências.

Sem perceber, notamos que até as lembranças se esvaecem, pois longe vai o tempo dos nossos filhos pequeninos ou adolescentes em suas atividades escolares. Hoje, já criados e também pais, nos arrumaram o epíteto de avós, com o qual também já nos acostumamos. Acontece que a vida continua e, de moços que éramos, passamos a ser os idosos da época, sem perceber. Num determinado momento, porém, deve acontecer o epílogo. Cada um deverá desempenhar o seu papel final com o melhor talento e autenticidade. As lembranças ficarão restritas aos escaninhos do passado. Lá se encontrarão, de acordo com as posses, grandes tesouros, pequenos objetos intactos ou amare-

lecidos, requintadas ou simples fotografias, ou apenas ínfimos recortes de jornais.

O futuro se restringirá, ao que tudo indica, ao renascer diário. Nada de projetos e perspectivas fascinantes. Talvez aprofundamento na metafísica, com interesse especial para temas escatológicos, como parúsia, páramos celestiais, julgamento universal, localização das moradas celestiais, infernais ou purificadoras. Não haverá mais tempo, possivelmente, para corrigir erros do passado. Bafejado pela graça, talvez ainda consigamos minimizar os maus efeitos daqueles erros. Sem perceber, morreremos e nos sepultarão num cemitério qualquer, onde os mais chegados talvez passem a lastimar a nossa ausência, com algumas lágrimas furtivas. Será mesmo sem perceber, que acontecerá tudo isso ou estamos nos iludindo, apenas para fugir da realidade?

*Roberto Corrêa é procurador do Estado aposentado. Atuou na Subprocuradoria Regional de Botucatu e Procuradoria Regional de Campinas. Outros artigos do autor podem ser lidos no site [www.domusaurea.com.br](http://www.domusaurea.com.br)*



## Crônicas da PGE

A seção “Crônicas da PGE”, publicada nas edições do Jornal do Procurador, é um sucesso. A Apesp convida os colegas a resgatarem a memória da PGE. O mote dos textos – que não poderão exceder 4 mil caracteres (com espaçamento) – deve estar relacionado com histórias, casos e experiências vivenciadas pelos procuradores, quando da sua atuação na PGE. Participe você também, enviando seu artigo. O endereço eletrônico da seção é [jornaldoprocurador@apesp.org.br](mailto:jornaldoprocurador@apesp.org.br).

## Enquete

Com o objetivo de conhecer a opinião dos associados, serão propostas enquetes periódicas sobre temas candentes e de interesse da carreira! O primeiro tema proposto é “Você aprova a autonomia financeira e administrativa para a PGE?” Participe das votações!

# Festa de final de ano reúne carreira para celebrar os 60 anos da Apesp

“A Apesp é uma entidade criada por procuradores do Estado, mantida por procuradores do Estado e administrada por procuradores do Estado para os procuradores do Estado”. Esse foi o cerne do discurso proferido pelo presidente da Apesp, Ivan de Castro Duarte Martins, na confraternização de final de ano da entidade, realizada em 12/12/2008, no Clube Monte Líbano. A festa foi um sucesso. Mais de 900 procuradores, familiares e convidados reuniram-se para celebrar os 60 anos de existência da Apesp.



Da esq. para dir.: Márcia Zanotti, diretora financeira da Apesp; Ivan de Castro Duarte Martins, presidente da Apesp; Fernando Capez, deputado estadual (PSDB).



Cristina Cirenza (3º da esq. para a dir), secretária-geral da Apesp, e família: a filha Caroline e o marido Renato.



A animação ficou por conta do *show* da banda Capital Inicial, que mesclou antigos sucessos – tais como “Fogo”, “Independência” e “Fátima” – com músicas do novo repertório – “Aqui” e a *cover* de “Mulher de Fases”. “Há muito tempo não faço um *show* tão íntimo. Vou poder caminhar entre vocês”. A promessa foi cumprida: o vocalista Dinho Ouro Preto desceu na plateia e fez os procuradores cantar.



A noite ainda trouxe uma grande surpresa: a apresentação da Escola de Samba Vai-Vai.



Ana Carolina Izidoro Davies, diretora social e cultural da Apesp; Eduardo Ladeira; Márcia Zanotti; Adriana Moresco, diretora de patrimônio da Apesp; e Juca Machado.

*"O show do Capital Inicial e o samba da Vai-Vai foram idealizados para uma comemoração especial dos 60 anos de nossa Associação. Acho que a diretoria atingiu o propósito, pois a energia da festa foi contagiante! Fácil de constatar, até mesmo pelas fotos!"*

— Ana Carolina Izidoro Davies, diretora social e cultural da Apesp.

Entre as autoridades que prestigiaram o evento estavam Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente da OAB-SP; Fernando Capez, deputado estadual do PSDB; Ronald Bicca, presidente da Anape; Marcos Nusdeo, procurador geral do Estado; e Marcelo de Aquino, procurador geral adjunto, representando o governador José Serra; Márcio Sotelo Felipe, ex-procurador geral do Estado; José Antônio Pezarini e Nestor Duarte, desembargadores e ex-procuradores do Estado.

Estiveram presentes também ex-presidentes da Apesp: Paulo de Tarso Mendonça, Vitorino Francisco Antunes Neto, Vanderli Volpini Rocha, Amílcar Aquino Navarro, Nelson Lopes de Oliveira Ferreira Júnior, José Damiano de Lima Trindade e Zelmo Denari. "As gestões desses grandes presidentes foram primordiais para a nossa Associação atingir a estatura que hoje possui", destacou Ivan de Castro.

#### Colaboradores

A diretoria da Apesp agradece o apoio de:

- Acess Clube de Benefícios;
- Fontana Corretora de Seguros;
- Est Magna Corretora de Seguros;
- Fort Knox Serviços de Segurança;
- Lumina Saúde.



# Novo Conselho: para construir uma PGE autônoma e forte

No dia 09/01/2009, os conselheiros eleitos da PGE (biênio 2009/2010) tomaram posse em solenidade realizada no auditório do Centro de Estudos. Para consignar a importância do único órgão superior da PGE cujos integrantes são escolhidos por seus pares, o Jornal do Procurador publica a seguir um breve perfil dos novos conselheiros e uma enquete com a seguinte pergunta: “Com o objetivo de fortalecer institucionalmente a PGE e a Carreira de procurador de Estado, quais prioridades o senhor(a) irá defender durante a sua gestão?”



Durante a sessão solene de 09/01/2009, o conselheiro José Renato Pires proferiu o discurso de posse: “Trabalharemos incansavelmente para que o Conselho consiga trazer de volta seu papel efetivo de órgão superior da Carreira, onde discussões de elevado nível sejam travadas, com respeito, cordialidade, urbanidade e confiança entre seus membros, mantidas sempre as divergências procedimentais e ideológicas de parte-a-parte, que também merecem ser respeitadas”. No site da Apesp ([www.apesp.org.br](http://www.apesp.org.br)) é possível acessar a íntegra.

das autarquias) não foi acompanhado das melhorias estruturais necessárias. Precisamos urgentemente de um novo concurso de ingresso. A excelência de nosso trabalho é nossa maior propaganda e é o que nos garantirá um justo reconhecimento da sociedade e do governo. Para que possamos continuar a realizar com maestria o nosso ofício, precisamos de remuneração e condições de trabalho dignas. Esse é o círculo virtuoso que precisamos implantar definitivamente na Procuradoria.”

## Representante do Nível II

**Daniel Smolentzov**  
(chapa “Voz Ativa no Conselho”)

**Trajetória na PGE:** Ingressou na PGE em 2006. Exerceu suas funções de procurador do Estado na Assistência Judiciária – Tribunal do Júri, Vara de Execuções Criminais e Centro de Orientação Jurídica à Mulher (COJE). Atualmente, está classificado na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (Contencioso Ambiental). Entre 04/2007 e 04/2008, foi membro da Comissão Editorial do Centro de Estudos da PGE/SP.

**Formação acadêmica:** Em 2001, graduou-se na Universidade Paulista. É especializando em Direito do Estado na Escola Superior da PGE.

**Outras atividades:** Professor universitário da Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior e Instituto Paulista de Educação Continuada.

“Defenderei a valorização do procurador do Estado, profissional de alta capacitação técnica, que é o maior responsável pelo fortalecimento da PGE. O procurador é uma pessoa de formação superior que, assim como os magistrados e membros do Ministério Público, submeteu-se a rigoroso concurso público para ingresso na Carreira. Tem a mesma formação acadêmica e idêntica carga de trabalho. Dessa forma, não posso admitir que haja tamanho distanciamento salarial do procurador do Estado com suas carreiras irmãs – da ordem de 30%, considerando o procurador do Estado Nível II e o juiz substituto. A valorização desse profissional não se restringe à questão remuneratória, embora essa seja de primeira ordem de importância. A PGE precisa fortalecer seu nome e seu valor no Estado de São Paulo e isso se faz com um plano institucional e trabalho sério de todos nós. Precisamos conhecer o rumo de nossa Carreira e agir de forma organizada para o engrandecimento da Instituição. A Procuradoria do Estado desempenha papel dos mais relevantes na sociedade paulista, pois

## Representante do Nível I

**Antônio Augusto Bennini**  
(chapa “Conselho Livre e Forte”)

**Trajetória na PGE:** Ingressou na PGE em 2007 e está classificado na Procuradoria Regional de Campinas (Seccional de Bragança Paulista).

**Formação acadêmica:** Em 2002, graduou-se na USP.

**Outras atividades:** Foi Assessor Jurídico na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e no Gabinete da Subprefeitura de Pinheiros da Capital. Desde 2007, é membro colaborador da Comissão do Advogado Público da OAB-SP.

“O fortalecimento da PGE e da Carreira exigirá necessariamente a valorização do seu núcleo fundamental, que é o procurador de banca. A PGE é composta por excelentes profissionais, comprometidos com a Instituição e devotados ao interesse público, que não se contentam simplesmente em fazer o seu trabalho, mas desejam fazê-lo bem. Infelizmente, a nossa dedicação não tem sido devidamente levada em conta quando se fala em remuneração e em condições de trabalho. Nada explica o fato de colegas com mais de 15 anos de carreira ganharem menos do que um promotor ou juiz recém-ingresso. Não há igualmente explicação razoável para ainda não termos uma justa gratificação pela substituição de banca e pelo atendimento de comarcas distantes. A ausência de condições dignas de trabalho também mina a autoestima do procurador. É imprescindível a adoção de uma política para melhoria dos locais de trabalho e de valorização, qualificação e ampliação do nosso quadro de apoio (funcionários e estagiários). De fato, o aumento das atribuições da PGE (controle da dívida ativa e assunção da advocacia

## Novos integrantes

A Lei Complementar n. 1.082/2008 criou a Área do Contencioso Tributário-fiscal e, conseqüentemente, o subprocurador Eduardo Fagundes terá assento no Conselho da PGE, na condição de membro nato. Para manter a paridade na composição do órgão, um representante da área deverá ser eleito pela Carreira. Nesse sentido, um requerimento solicitando celeridade na deflagração do processo já foi protocolizado na diretoria do Conselho.



Em pé, da esquerda para a direita: Antônio Augusto Bennini; Marcos Mordini; Cristina M. W. Mastrobuondo; Fernando Franco; Marcelo de Carvalho. Sentados, da esquerda para a direita: Rogério Pereira da Silva; José Renato Ferreira Pires; Daniel Smolentzov.

defende diretamente o interesse público, ajustando a vontade política dos governantes à lei, que expressa a vontade popular. Não podemos permitir que fiquemos relegados a segundo plano dentro das Secretarias de Estado. Devemos, com coragem e trabalho, demonstrar nosso verdadeiro papel e, para isso, contamos com os procuradores do Estado, valorizados para bem desempenhar sua função. Meu trabalho no Conselho será auxiliar os demais órgãos superiores na valorização do procurador do Estado, fornecendo a ele as condições necessárias para exercer um trabalho de excelência, demonstrando à Administração Pública a seriedade da PGE e nossa intransigência no respeito do interesse público evidenciado pela lei.”

## Representante do Nível III

**Fernando Franco**  
(chapa “Voz Ativa no Conselho”)

**Trajatória na PGE:** Em 1998, ingressou na PGE e participou de comissão formada para buscar a nomeação dos aprovados naquele concurso. Atuou na Regional da Grande São Paulo, Área da Assistência Judiciária, durante 5 anos. Em 2003, classificado na PAJ da Capital, atuou na Regional da Vila Prudente e depois em São Miguel Paulista, onde também exerceu o cargo de coordenador. Em 2004, passou a atuar na área criminal, quando também exerceu a chefia da PAJ Criminal da Capital (2005-2006). Desde 2007, atua na Procuradoria Judicial (PJ 5).

**Formação acadêmica:** Em 1996, graduou-se na Universidade Paulista.

“Pessoalmente, entendo que a questão da inserção da PGE dentro do governo, com sua efetiva vinculação direta ao governador do Estado, é premissa indispensável para a discussão de todos os outros temas prioritários para a Carreira. Como conselheiro, cobrarei e apoiarei a apresentação de um projeto institucional

que deverá nos apontar uma política remuneratória que restabeleça a paridade com as demais carreiras jurídicas no menor espaço de tempo possível e que sinalize medidas visando à melhoria das condições de trabalho, tais como: a abertura imediata de concurso de ingresso de procuradores; revisão do decreto que estabelece o número de procuradores para cada uma das unidades da PGE; célere reintegração e adaptação dos servidores cedidos à Defensoria Pública em seus novos postos; incremento da estrutura física de trabalho; justa e igualitária distribuição do trabalho, entre outras. A discussão e deliberação do projeto da nova Lei Orgânica da PGE e a fixação dos critérios de promoção por merecimento também estão na ordem do dia e serão prioritários nesta gestão.”

## Representante do Nível IV

**Rogério Pereira da Silva (Gegê)**  
(chapa “Conselho Livre e Forte”)

**Trajatória na PGE:** Ingressou na PGE em 1994, na Procuradoria Fiscal. Desde 2006, está classificado na Procuradoria Regional de Taubaté, onde atuou de 02/2006 a 02/2007 na Seccional de Guaratinguetá. Atualmente, atua na Seccional de São José dos Campos. Foi conselheiro eleito nos biênios 1999/2000 e 2005/2006. Foi assessor da Presidência (2001/2002) e 2º Vice-Presidente (2003/2004) e diretor social e cultural do Sindiproesp. Compôs a última lista tríplex para a vaga de Corregedor-geral.

**Formação acadêmica:** Em 1993, graduou-se na PUC/SP.

**Outras atividades:** É membro da Comissão da República e Democracia da OAB-SP e da Comissão do Advogado Público da OAB – Subseção São José dos Campos.

“Com a promulgação da Lei Complementar n. 1082/2008 surgem duas questões imediatas a serem solucionadas: a elaboração de um novo decreto, com o objetivo de fixação de regras por merecimento para o concurso de promoção, e em qual momento será realizada a assunção dos serviços das consultorias das autarquias, entendendo o subscrito só possível com a realização com um novo concurso de ingresso. Como a PGE assumirá todo o serviço jurídico das entidades autárquicas é indiscutível a criação por lei de um novo fundo de VH para contraprestação da excelência dos serviços prestados.

Exigir a paridade remuneratória, pois estamos muito aquém da Magistratura e do MP, com a revalorização das cotas da VH, que atingem diretamente o PIPQ dos nossos servidores. Fato preocupante é desconhecer qualquer estratégia do atual comando institucional. Necessária a criação de cargos e realizações de concursos de ingressos para os servidores de apoio especializados.

Sem dúvida o controle da dívida ativa é o calcanhar de Aquiles dos colegas que dependem do novo sistema. Necessário, pois, exigir o rápido e ágil saneamento do sistema da dívida ativa, que propicie segurança ao procurador de banca no exercício de sua função. A cobrança da implementação dos projetos apresentados pelo Conselho anterior: gratificação pelo Estado de substituição de banca e de comarca de difícil atendimento.

A aquisição/locação de veículos com motorista para deslocamento dos procuradores para prestação de serviços nas comarcas. Criação de um setor especializado no Centro de Estudos de um banco de teses jurídicas. A rápida e ágil discussão de pontos principais da lei orgânica: eleição do corregedor geral e procurador geral, ambos com mandato; liberdade de manifestação dos procuradores do Estado em processos de sua atribuição”.

## Representante do Nível V

**José Renato Ferreira Pires**  
(chapa “Voz Ativa no Conselho”)

**Trajatória na PGE:** Em 1991, ingressou na PGE, na Regional da Grande São Paulo, onde permaneceu classificado até 2007, tendo exercido a Chefia da Seccional de Osasco (1993/1998) e a Chefia da Regional (1998/2001). Atualmente classificado na Procuradoria Fiscal. Foi Subprocurador geral da Área do Contencioso (2002/2006) e conselheiro eleito no biênio 1995/1996.

**Formação acadêmica:** Formou-se em 1989 na Faculdade de Direito de Bauru/ITE.

**Outras atividades:** É membro da Comissão do Advogado Público da OAB-SP.

“O fortalecimento institucional da PGE passa obrigatoriamente pelo reconhecimento de sua importância nos meandros da Administração Pública e no seio da população em geral, num processo que deve nascer dentro da Carreira e se irradiar para além dela. Acredito no papel do Conselho – órgão superior da PGE – como protagonista desse processo, funcionando como verdadeira caixa de ressonância, não apenas das aflições, mas também e principalmente das sugestões e propostas de todos os procuradores do Estado. Deve funcionar ainda como celeiro de discussões de questões institucionais, auxiliando na definição de projetos consistentes e cobrando a fixação de uma política remuneratória adequada e condizente com a nossa importância no cenário jurídico paulista. Minha atuação no Conselho da PGE será guiada por essas premissas.”

## Representante da Área do Contencioso

**Marcelo de Carvalho**  
(chapa “Conselho Livre e Forte”)

**Trajatória na PGE:** Ingressou na PGE em 1994, na Procuradoria Regional da Grande São Paulo – PR-1. Desde 1998 está classificado na Procuradoria Fiscal, onde permanece atuando. Foi corregedor auxiliar no período de 2002/2004.

**Formação acadêmica:** Graduiu-se pela Direito São Bernardo em 1991. Cursa Especialização em Direito Tributário na Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado.

**Outras atividades:** Foi gerente jurídico do Departamento de Defesa do Consumidor da Prefeitura Municipal de Santo André (1992); trabalhou no Escritório de Advocacia “Flávio Olímpio de Azevedo”, na área de Direito Empresarial (1993), até ingressar na PGE.

“Minhas prioridades serão as seguintes:

1- Buscar o urgente e imediato saneamento do sistema de gerenciamento da Dívida Ativa da PGE, corrigindo

as inúmeras inconsistências e propiciando maior segurança aos procuradores no manejo do programa;

2- Obter o número de funcionários suficientes para auxiliar os procuradores responsáveis pelos cancelamentos e alterações de débitos no sistema da Dívida Ativa;

3- Prestar auxílio para a fixação de critérios de promoção por merecimento;

4- Propor a criação de cargos técnicos permanentes de auxílio aos procuradores de bancas e chefias, em diversas áreas de atuação;

5- Propor medidas de melhoria nas condições de trabalho, como locação de veículos com motoristas para o transporte de procuradores, etc.;

6- Propor a majoração da bolsa de estagiários de direito;

7- Propor medidas de incrementação da arrecadação da Dívida Ativa, após o devido saneamento;

8- Buscar a paridade remuneratória com as demais carreiras jurídicas, colhendo, debatendo e encaminhando as sugestões da Carreira, cobrando do PGE uma clara política remuneratória a ser adotada;

9- Dar maior publicidade às sessões do Conselho, em tempo real, com o auxílio da rede mundial de computadores;

10- Dar maior publicidade às vitórias conquistadas pela PGE;

11- Propor que a verba honorária nas ações envolvendo as autarquias seja revertida à PGE;

12- Buscar maior auxílio à Procuradoria Regional de Campinas (procuradores, funcionários, veículos com motoristas), em vista da magnitude territorial e diversidade de ações.”

## Representante da Área da Consultoria

**Cristina M. W. Mastrobuono**  
(chapa “Voz Ativa no Conselho”)

**Trajatória na PGE:** Em 1993, ingressou na PGE, tendo já atuado na Procuradoria Fiscal (1993-2003), como procuradora assistente na Subprocuradoria Geral da Área do Contencioso (2003/2005), como procuradora assessora do procurador geral do Estado (2006), na Procuradoria Judicial – PJ-2 (2007) e, desde janeiro de 2008, na Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda. Foi conselheira eleita no biênio 2001/2002. Atuou como membro do CEVAF, do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado CODEC e do Conselho do Patrimônio Imobiliário do Estado.

**Formação acadêmica:** Formada em Direito na USP, em 1985; LLMMaster of Laws pela University of Chicago e Especialização em Direito Societário pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

“Como representante eleita da área da Consultoria, as minhas prioridades estão diretamente ligadas a essa área de atuação, sem prejuízo, é claro, de todas as questões importantes que são discutidas no Con-

selho. As consultorias são a “vitrine” da PGE perante a administração do Estado, e é principalmente por meio de uma atuação eficiente das CJs que teremos força política perante o governo para viabilizar as alterações legislativas necessárias ao fortalecimento da Instituição. Ademais, a atuação das consultorias reflete diretamente na Procuradoria Judicial, que vem enfrentando um volume de trabalho enorme. Assim, respeitando obviamente a competência do Conselho, pretendo defender perante o Gabinete a construção de um projeto de renovação da nossa atuação”.

## Representante dos Órgãos Complementares

**Marcos Mordini**

**Trajatória na PGE:** Ingressou na PGE em 1991, com atuações na PAJ – 1º Tribunal de Júri da Capital (1991/1998); na Procuradoria Judicial (1998 a 2002); na Presidência de Unidades Processantes Permanentes das Secretarias da Agricultura, Segurança e da Administração Penitenciária (2002/2006); na Procuradoria Judicial, como procurador assistente (2007); na Assessoria Jurídica do Governo (desde outubro de 2007).

**Formação acadêmica:** Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie em 1982.

“No exercício do meu mandato, pretendo suscitar debates sobre as formas, mecanismos e meios de fortalecimento da PGE e da advocacia pública em geral. É dessa troca de ideias que encontraremos os caminhos sólidos para a nossa Instituição continuar avançando e ampliando seu campo de influência na estrutura do Estado.

Neste início de mandato, um dos temas que gostaria de levar a debate – com a finalidade de que fosse estabelecido um plano de ação estratégico da Instituição – é a questão relativa à assunção da advocacia consultiva das autarquias. Nesses dois últimos anos, a Procuradoria Geral do Estado assumiu o contencioso de quase todas as autarquias, fazendo-se necessário, portanto, que também assuma a assessoria e a consultoria jurídica das entidades autárquicas.

No entanto, é imprescindível para a consecução desse plano de ação estratégico a realização de curso de ingresso na Carreira, que servirá tanto para atender a essa expansão da Área da Consultoria quanto para a reposição dos quadros de algumas Unidades.

Em relação à advocacia pública em geral, parece-me imprescindível a existência de previsão na Constituição Federal de uma Lei Orgânica Nacional da Advocacia Pública, nos moldes previstos para a Magistratura, Ministério Público e Defensoria. Parece-me, assim, importante que o Conselho da PGE de São Paulo assumira essa bandeira de luta e a leve para as entidades estaduais de classe e também para a ANAPE, a fim de que seja apresentada uma Proposta de Emenda Constitucional nesse sentido”.